

A LITERATURA INDÍGENA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA OBRA *CANUMÃ: A TRAVESSIA*¹

Liany Ribeiro Graça²

Arcângelo da Silva Ferreira³

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o romance *Canumã: A Travessia*, publicado originalmente em 2019. A obra trata-se de literatura indígena contemporânea produzida pelo escritor e professor amazonense Ytanajé Coelho Cardoso. Em seu livro, Ytanajé conta a história de uma família Munduruku que vive na aldeia Kwatá no Amazonas, e muda-se para a cidade de Nova Olinda do Norte - AM, e posteriormente Manaus em busca de prover uma boa educação para os filhos. A narrativa enfatiza o papel dos anciãos como guardadores da memória, o desaparecimento da língua Munduruku e as transformações ocorridas com elementos introduzidos na aldeia pelos pariwát (o branco). A análise visa compreender como o autor faz representações da figura do indígena em sua obra através de sua vivência na aldeia e no ambiente acadêmico com a intenção de proporcionar contribuições sobre a abordagem da História Indígena no Ensino de História. Pretende-se com esta pesquisa contribuir para uma nova percepção da História e Cultura Indígena no âmbito acadêmico, educacional e social para combater os imaginários atribuídos ao indígena tanto na literatura como na sociedade, ressignificando a história dos povos originários no processo histórico e cultural do país visando evidenciar a representatividade indígena em um espaço, que até pouco tempo, lhe fora negado.

Palavras chaves: Munduruku; História & Literatura indígena; Educação; Representatividade.

Introdução

Essa investigação histórica tem como objetivo proporcionar contribuições sobre a abordagem da História Indígena dentro do Ensino de História, para tanto elege como objeto de análise o livro *Canumã: A Travessia* como ferramenta para a prática pedagógica. Tendo em vista que o sancionamento da lei 11.645/08 tornou obrigatório o ensino da temática nas instituições educacionais públicas e privadas de todo o Brasil. Apesar disso, a questão ainda é abordada de forma superficial e equivocada em sala de aula, tanto pelos materiais didáticos, tanto, com algumas exceções, de educadores que não tiveram uma formação profissional adequada para trabalhar a história e cultura indígena. A presente pesquisa utilizou a Literatura

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos de Parintins- UEA/CESP, no dia 23 de fevereiro de 2024.

² Graduanda em Licenciatura em História no Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: lianyribeirograca@gmail.com

³ Doutor em História Social da Amazônia - PPHIST/UFPA e professor na Faculdade de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: adferreira@uea.edu.br

Indígena contemporânea como fonte histórica seguindo os pressupostos de Antônio Celso Ferreira (2009) sobre a fonte fecunda, em princípio, visa compreender como o autor indígena faz representações de personagens indígenas em sua narrativa.

A obra *Canumã: A Travessia* é uma das poucas literaturas que apresentam o indígena no espaço acadêmico como elemento de representatividade e luta indígena, uma vez que nos manuais didáticos e na literatura brasileira ainda se sobressai uma representação do indígena pacífico, subalterno e selvagem. O professor Antônio Paulo Graça, estudioso das representações sobre os indígenas na literatura brasileira, em sua obra *A Poética do Genocídio* (1998), afirma que é constante na literatura brasileira olhares sobre a pureza moral, a beleza física e a alegria dos indígenas. Elucida-se, assim, a alma inocente e o corpo belo. As peculiaridades histórica e cultural dos povos originários, nas referidas representações literárias, são deixadas à revelia.

A necessidade de realizar esta pesquisa originou-se de reflexões ocorridas dentro da universidade, nas disciplinas de “História e Cultura Indígena”, “História da Amazônia” e “História do Brasil” na qual ficou perceptível o quanto desconhecemos a história regional e a história do nosso país em relação ao protagonismo e participação dos povos originários nos processos históricos. Com isso, a partir de observações sobre minha experiência enquanto estudante da educação básica foi compreensível a lacuna existente quando se trata de história e cultura indígena nas instituições de ensino, a falta de representatividade nos livros oferecidos pelos programas nacionais do governo e as generalizações sobre os povos e a identidade indígena foram inquietações que me despertaram um olhar mais crítico em relação ao tema.

A escolha do livro *Canumã: A Travessia* se deu através da elaboração de um projeto de pesquisa sobre autores indígenas, especificamente no estado do Amazonas, onde o objetivo era verificar a produção literária indígena na região. No qual surgiram os seguintes questionamentos: quem eram esses autores? de qual etnia? quais eram esses livros? e por que não tínhamos contato e conhecimento dessas produções? Foram a partir dessas indagações que encontrei a obra de Ytanajé Cardoso e que me chamou atenção por abordar temas importantes como educação indígena, o desaparecimento da língua, preconceito e os desafios enfrentados com o processo de globalização, questões que precisam ser mais destacadas e discutidas na sociedade.

Esta pesquisa está inserida na dimensão da História Cultural e Regional (Barros, 2005) que permite uma reflexão a partir de um espaço de atuação onde os homens desenvolvem suas relações sociais, políticas e culturais. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo para “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as

significações explícitas ou ocultas” (Chizzotti, 2001, p. 98), combinado com o método indiciário (Ginzburg, 1989, p. 152) no qual “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”, ou seja, atentar-se a esmiúces intrínsecas na narrativa que poderiam passar despercebidas em uma determinada situação ou contexto.

O romance analisado retrata o período histórico de 1982 a 2014 e se passa na aldeia Kwatá, localizada no município de Borba na margem do rio Canumã, estado do Amazonas⁴, é narrado pela ótica de Felipe, sobrinho de Maria e Antônio pais de Raçâp, Marta, Evelyn, Francisco e Oburé. Neste contexto, a trama se inicia com a preocupação de Maria em se mudar para a cidade com o objetivo de prover uma boa educação para os filhos e a resistência de Antônio em relação a mudança, devido aos desafios que enfrentariam, resultando no adiamento da viagem.

No período de um ano que antecede a viagem, as lembranças de Felipe destacam os momentos de contações de história como um dos mais marcantes de sua infância, através das memórias dos mais velhos e últimos falantes da língua Munduruku são transmitidas as tradições, cultura e histórias do seu povo. Contadas na maioria das ocasiões pelo ancião Naldá Munduruku, irmão de Ester Cardoso, avó das crianças e esposa do Cacique Nunito, personagem importante na luta pela demarcação do território indígena, assim como “seu” Parawá, grande líder indígena e avô dos meninos. Narrando também a crescente paixão de seu primo Raçâp por Nayara e a oposição do pai da menina ao romance.

A então partida para a cidade de Nova Olinda do Norte ocorre em 1983, a família de Raçâp muda-se primeiro e somente um ano depois, quando seus pais permitem, Felipe junta-se a eles indo morar na “casa do índio” e entrando na escola logo depois. Em 1990 a família enfrenta um novo desafio ao mudar-se para Manaus, contudo, mesmo com as adversidades o sonho de Maria se concretiza, pois no ano de 2000 todos os seus filhos e o sobrinho já concluíram a educação básica.

E tanto Raçâp, quanto Felipe continuaram seguindo o caminho da educação, ambos entraram na faculdade e tornaram-se mestres, enquanto Raçâp fazia viagens e palestras para divulgar a luta do seu povo. Felipe tornou-se professor indo lecionar na escola de Kwatá, que recebeu o nome de Ester Caldeira Cardoso, em homenagem a uma das últimas mulheres falantes da língua, e sua avó, que sempre incentivou o conhecimento da língua materna. O último

⁴ Atualmente o território é reconhecido oficialmente, homologada pelo Decreto s/n - 20/04/2004. Disponível em: [Terra Indígena Coatá-Laranjal | Terras Indígenas no Brasil \(terrasindigenas.org.br\)](http://TerraIndigenaCoatá-Laranjal|TerrasIndigenasnoBrasil(terrasindigenas.org.br))

momento, emblemático da narrativa, ocorre com a morte de “seu” Parawá, avô dos meninos, sua morte representa a linha tênue do desaparecimento da língua assim como o desvanecer de uma prática milenar, as contações de histórias.

Esta obra, publicada originalmente em 2019, trata-se de literatura indígena contemporânea produzida pelo indígena da etnia Munduruku, Ytanajé Coelho Cardoso, escritor e educador amazonense. Em 2011 entrou na Universidade do Estado do Amazonas - UEA para cursar a graduação em Letras - Língua Portuguesa em Manaus, posteriormente cursou mestrado em Letras e Artes. No ano de 2023 concluiu o doutorado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Também possui experiência em Linguística com destaque na área de Línguas Indígenas, especificamente a Língua Munduruku.

Atualmente seu foco destinasse a revitalização e o fortalecimento de línguas indígenas brasileiras, para isso faz parte de grupos de pesquisas, participa de encontros, seminários, e conferências sobre educação indígena, produção de material e construção de um currículo escolar que dialogue com a interculturalidade e a transversalidade na educação indígena. Também é membro da Rede Juventude Munduruku e do Movimento de Estudantes Indígenas do Amazonas - MEIAM, movimentos que atuaram principalmente em 2023, durante o período de estíagem no estado do Amazonas.

Canumã: A Travessia, foi escrito enquanto o autor finalizava a graduação. Em uma entrevista realizada para o canal do *youtube* “Outro livro - conversas literárias”, destacou que a ideia inicial seria construir um conto, contudo logo percebeu que a narrativa iria muito além para denominá-la assim. Motivado por escrever uma história que buscasse retratar a realidade dos povos indígenas, principalmente da etnia Munduruku, da atualidade e trazer a memória de seus ancestrais, originou-se este romance. O volume foi aceito pela editora Valer em 2014, todavia a editora enfrentou problemas financeiros por isso alguns projetos editoriais não vieram à baila em 2016, devido a esse contratempo sua primeira publicação só veio ocorrer em 2019, e sua segunda edição em 2022.

É importante ressaltar que a escrituração do livro ocorreu durante o período de 2013-2014, no qual o Brasil perpassava por um momento extremamente difícil e marcante para os povos originários com a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional PEC 215/2000⁵. A

⁵ O projeto visava transferir as competências de demarcação territorial para o Senado, então responsável pela legitimidade e o aval necessário dos estados, nos quais se dariam as demarcações e consolidadas em lei ordinária. Um dos pontos mais polêmicos do projeto, e em seguida vetado pelos votos dos relatores da matéria, por ser considerada inconstitucional, previa a ratificação das demarcações já homologadas, ou seja, a revisão completa de todos os processos realizados após a promulgação da Constituição de 1988. SOARES, Leonardo Barros. Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 24. Brasília, set - dez de 2017, p. 191-222.

discussão do projeto resultou na eclosão de inúmeras manifestações realizadas por Movimentos sociais indígenas que exigiam o bloqueio da proposta. O ponto alto do movimento foi a ocupação do Plenário da Câmara em abril de 2013 até dezembro de 2014 quando o projeto foi arquivado. Em uma ocasião em que os olhos do mundo se voltavam para o Brasil, com a realização da Copa do Mundo de Futebol sediada pelo país em junho de 2014, um dos atos memoráveis ocorreu com a marcha realizada em conjunto com o Comitê Popular da Copa do Mundo no dia 27 de junho daquele ano.

Foi dentro desse contexto de fortes mobilizações sociais que Ytanajé Cardoso, já motivado em escrever a história do seu povo, ganhou mais ímpeto para escrever o romance *Canumã: A Travessia*, que é objeto de estudo desta pesquisa e para apresentar os resultados obtidos o artigo foi dividido em quatro tópicos.

O primeiro intitula-se **A Literatura Indianista e Indígena no Brasil** que faz um panorama da construção errônea da figura do indígena criada pela literatura indianista, passando sobre o processo de valorização e autonomia da Literatura Indígena como ferramenta de desconstrução de estereótipos, reconstrução, e afirmação do que é ser indígena, e demonstrando a importância da literatura como fonte para a História.

O segundo tópico intitulado “*Antes os guerreiros ainda defendiam o povo com arco e flecha, mas hoje o arco e flecha viraram o caderno e o lápis.*”: **História e Ensino de História** que apresenta a importância da Literatura indígena como instrumento para novas abordagens sobre o ensino de História nas instituições educacionais para ressignificar a história dos povos originários no processo histórico e cultural do país.

O terceiro tópico “*a terra nunca sai de nós, assim como nunca saímos da terra*”: **A representatividade indígena na obra *Canumã: A Travessia***, aborda a representatividade dos povos originários ao ser escrito por um indígena Munduruku que constrói uma relação harmônica e de alteridade ao tratar de culturas diferentes, principalmente por humanizar a figura do indígena, abordando desde os sentimentos mais simples aos mais conflituosos.

O quarto tópico intitulado “*há aqueles que se imortalizam na história pela glória alcançada e há aqueles que mantêm essa imortalidade, no caso, os narradores dos grandes feitos do passado.*”: **A tradição oral e a língua Munduruku** apresenta a importância da contação de história para o povo Munduruku, identificando os anciãos como guardiões da memória e perpetuadores das tradições e da importância da língua materna para um povo.

A Literatura Indianista e Indígena no Brasil.

A literatura indianista nacional lançou diversas representações sobre os indígenas que até hoje são consideradas obras de referência, requisitadas pelas instituições de ensino e cobradas nos mais variados vestibulares do país, tais como: *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) de José de Alencar; *Caramuru* (1781) de Santa Rita Durão entre outras. Publicações que, em sua maioria, apresentam o indígena como o herói, belo e ingênuo. Ao analisar o indígena na literatura brasileira Graça (1998, p.27) constatou que:

Os romances indianistas brasileiros evitam de maneira denunciadora tratar da humanidade do indígena e do extermínio. Em outras palavras, os dois núdulos mais dolorosos da questão indígena são censurados dramaticamente. De todos os romances estudados, apenas *Acaiana* e *Macunaíma* exploram a extinção tribal. *Acaiana*, à sua maneira atribuindo o extermínio à condenação divina, e *Macunaíma*, silenciado um travo amargo e desafiador (Graça, 1998, p.27).

Atualmente, raras exceções⁶, o que se verifica nos livros didáticos, assim como na literatura, ainda é uma visão eurocêntrica a qual contribui somente para reforçar os estigmas e preconceitos sobre os povos indígenas. Representações que caracterizam os povos originários como inferiores, portanto, necessitados de “civilização”. Essas concepções contribuíram para um imaginário do que o historiador amazonense José Ribamar Bessa Freire (2000) descreveu como o “índio genérico” que se trata da:

Ideia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma ideia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas a uma entidade supra-étnica (Freire, 2000, p.04).

As justificativas para a inserção dos indígenas no processo civilizador europeu estão nas diferentes condições de moradia, religiosidade, alimentação, vestimenta, práticas sexuais e rituais das populações indígenas. Peculiaridades culturais utilizadas como pretexto para condená-los à opressão pelos colonizadores, como afirma Victor Leonardi:

Tanto a historiografia historicista como a positivista geraram visões de mundo nas quais ao índio só cabia um futuro: deixar sua própria cultura de lado e integrar-se na cultura nacional envolvente. Essa falsa filosofia do progresso deu origem a uma política indianista que não respeitava a especificidade cultural dos povos indígenas

⁶ Como o trabalho do historiador Francisco Jorge dos Santos que produziu livros didáticos para o ensino fundamental e ensino médio que abordam a história econômica, social e cultural do Amazonas, trazendo uma fecunda contribuição nos estudos acerca dos povos indígenas que habitavam a região.

frente aos não índios, nem sua diversidade interna (ética e linguística), (Leonardi, 1996, p.37).

Isso se torna ainda mais perceptível quando as pessoas compromissadas com as representações dos povos originários analisam os primeiros livros didáticos e constatam que:

Os grupos indígenas dessas primeiras obras didáticas eram representados como “selvagens”, e as cenas escolhidas eram predominantemente de guerra e rituais antropofágicos [...] É perceptível o destaque dado aos religiosos no sentido de ressaltar a importância histórica da obra missionária e civilizadora do trabalho de catequese. Os religiosos católicos eram apresentados como “heróis”, muitas vezes mártires (Bittencourt, 1997, p.82)

Verificamos que no Brasil os materiais didáticos são extremamente importantes no ensino básico devido em muitos casos ser o único material utilizado pelo professor na aplicação do conteúdo e no desenvolvimento das atividades. Como assevera Marco Silva (2012, p.806) “o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico”. No entanto a representação indígena nos manuais não condiz com a real participação e importância dos povos indígenas nos processos históricos. Partindo dessas abordagens, a literatura indígena contemporânea, principalmente aquela elaborada pelos povos indígenas se apresenta como ferramenta de resistência e sobrevivência para divulgar a história e luta dos povos indígenas.

A literatura indígena surge na década de 1980, como uma nova perspectiva para a abordagem da história indígena promovendo o letramento cultural e o literário, assim como, uma forma de afirmação da identidade e de assegurar sua (re)existência. Como afirmou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992, p.18) “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira”, ou seja, eram agentes ativos nos processos históricos e que “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências” (Cunha, 1992, p.19).

No prefácio do livro *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*, da autora indígena Graça Graúna, escrito pelo professor Roland Walter, no qual assevera que:

A literatura é um dos meios privilegiados de construção mitológica coletiva. Como encruzilhada onde discursos e visões em conflito e competição se encontram e entram num equilíbrio muitas vezes precário e contraditório, a literatura constitui um lugar no qual diferentes valores, mitos, histórias e traduções estão sendo negociados. É por meio da literatura enquanto espaço mnemônico que escritores multiétnicos das Américas recriam os mitos necessários para se enraizar como sujeitos autóctones. A

reapropriação do espaço via memória possibilita a colocação do sujeito na sua própria história. A renomeação do seu lugar e da sua história significa reconstruir sua identidade, tomar posse de sua cultura; significa, em última análise, resistir a uma violência epistêmica que, nas suas diversas formas e práticas continua até o presente momento (Walter, 2013, p.11)

Dito isto, a produção literária indígena contemporânea de autores⁷ como Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Julie Dorrico, Kaká Weré, Márcia Kambeba, Yguarê Yamã, Ytanajé Cardoso e outros são de extrema importância, pois, suas escritas “falam por si e pelos seus”, seus costumes, histórias e manifestações culturais possibilitam a reafirmação da identidade de um povo e a divulgação de uma história, intencionalmente, silenciada e apagada da “História oficial”. Para a escritora Graça Graúna

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p.15)

Como é possível perceber em seu livro, Ytanajé, apresenta uma narrativa auto-histórica. Paralelo a isto, a história do povo Munduruku do estado do Amazonas.

Sendo assim a literatura é uma fonte histórica, imbuída de possibilidades para o trabalho do historiador, por esse motivo Antônio Ferreira (2009) a chamou de “fonte fecunda”, pois é um terreno fértil para a produção de novas pesquisas, já que permite a compreensão de um contexto social, cultural e moral de uma sociedade como também a percepção e entendimento da subjetividade de homens e mulheres no tempo.

A literatura como fonte para a pesquisa histórica só veio ganhar espaço a partir da renovação da historiografia no século XX, com Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929, que combatia a historiografia político-factual da Escola Metódica e enfatizava a História-problema “orientada para a compreensão da complexidade e da totalidade das experiências humanas. É assim que passaram a dar ênfase aos processos sociais e econômicos, e, nas décadas seguintes, também aos aspectos mentais das civilizações.” (Ferreira, 2009, p. 63).

⁷ Obras literárias dos autores citados: Eliane Potiguara - *Metade Cara, metade máscara* (2004), Daniel Munduruku - *Kaká Darebu* (2002), Julie Dorrico - *Eu sou Macuxi e outras histórias* (2019), Kaká Weré - *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio* (1998), Márcia Kambeba - *O lugar do saber ancestral* (2021), Yguarê Yamã - *Os olhos do jaguar* (2021) e Ytanajé Cardoso com *Canumã: A Travessia* (2019).

Lucien Febvre foi o precursor da abordagem da História das Mentalidades oportunizando a investigação de textos literários para compreender as relações sociais e suas representações, inspirando novos historiadores a investigar e restituir o contexto no qual foi produzido, aprender o seu propósito, o impacto na sociedade do seu tempo e seus desdobramentos e interpretações em outras épocas. No Brasil, a literatura só veio se tornar objeto de interesse dos historiadores a partir da década de 1980. Desde lá inúmeros trabalhos foram e estão sendo desenvolvidos utilizando a literatura como fonte para compreender os homens em determinadas sociedades.

É importante destacar a diferença entre História e Literatura, enquanto a História busca reconstruir uma determinada sociedade em seu modo mais fiel e verdadeiro, a literatura utiliza-se de elementos fictícios, abusando de figuras de linguagens e diversos elementos que transportam o leitor para o mundo imaginário e a seu modo procura representar e expressar visões de diferentes grupos e indivíduos. Ferreira (2009) elucida que a Literatura faz isso por meio da “transfiguração da realidade” pois toda ficção tem como base “condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem” (p. 67).

Dessa forma o trabalho do historiador é verificar em meios as entrelinhas das narrativas literárias as circunstâncias sociais e históricas de determinada época que levaram a tal escrituração e tentar reconstruir uma sociedade através das representações presentes nos discursos confrontando-as com diferentes fontes que possibilitam a contextualização da narrativa e assim compreender os significados da realidade histórica.

A relação dialógica entre o tempo da escrituração da obra literária e seus condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais, com o tempo do enunciado, inscrito nos enredos que estruturam as narrativas literárias é de suma importância para o processo de problematização da literatura, enquanto fonte para a produção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, o chão histórico no qual um romance, um poema, uma crônica, um conto são elaborados diz muito acerca das escolhas alegóricas, composição de personagens, enredos de seu autor, autora, pois determinados eventos conjunturais inseridos no tempo da escrituração podem trazer motes para as representações inscritas nas obras literárias. Estas que são fruto e produto de imaginários dos escritores, escritoras.

Diante destas reflexões, para tal investigação é essencial escolher os métodos de pesquisas de acordo com a problemática a ser trabalhada.

“Antes os guerreiros ainda defendiam o povo com arco e flecha, mas hoje o arco e flecha viraram o caderno e o lápis.”: História e Ensino de História

A História do Brasil oficialmente é marcada pela chegada dos europeus em 1500. Este discurso que engrandece os “conquistadores” do “novo mundo”, mas a história dos povos que aqui habitavam não inicia neste período. Pesquisas desenvolvidas por arqueólogos demonstram que sociedades complexas já habitavam o território a milhares de anos antes do primeiro contato (Roosevelt, 1992).

No ensino de história é perceptível o viés eurocêntrico, principalmente, quando nos deparamos com os livros didáticos de história que descrevem uma narrativa carregada de equívocos sobre as sociedades indígenas, onde generalizam a pluralidade cultural reduzindo a uma única cultura e história.

Em grande parte dos livros didáticos brasileiros, a problemática aqui apresentada é falseada. Neles, os índios aparecem, no século XVI com seu exotismo ou “hostilidade”, e rapidamente desaparecem de cena, tornando-se história da humanidade nestas vastas partes da América do Sul, daí por diante, uma história exclusiva da sociedade luso-brasileira (Leonardi, 1996, p. 43-44).

Se pararmos para verificar, veremos que o primeiro programa de distribuição de livros didáticos no Brasil ocorreu durante a consolidação do Estado Novo (1937-1945), onde se desenvolvia a construção da “consciência nacional” e se negava as diferenças étnicas e culturais difundindo uma narrativa homogênea da formação da sociedade brasileira, nesse caso “o livro didático não só escapou a essa discussão, como acabou se tornando, potencialmente, um dos grandes veículos de transmissão do ideário estado-novista (Oliveira; Guimarães; Bomeny, 1984, p. 34).

Modificando essa estrutura, a Constituição Federal de 1988 é a mais progressista em relação aos povos originários, fruto das lutas e mobilizações pela conquista e garantia dos direitos sociais, sobretudo à terra, visto que o discurso integracionista foi substituído pelo reconhecimento da pluralidade étnica e cultural que formam o país. Baniwa reafirma que:

Quando falamos de diversidade cultural indígena, estamos falando de diversidade de civilizações autônomas e de culturas; de sistemas políticos, jurídicos, econômicos, enfim, de organizações sociais, econômicas e políticas construídas ao longo de milhares de anos, do mesmo modo que outras civilizações dos demais continentes europeu, asiático, africano e a Oceania. Não se trata, portanto, de civilizações ou culturas superiores ou inferiores, mas de civilizações e culturas equivalentes, mas diferentes (Baniwa, 2006, p.49)

Apesar disso, os decretos estabelecidos na Constituição Federal ainda não são colocados totalmente em prática, visto que alguns livros didáticos continuam perpetuando uma memória que contribuem para a disseminação de uma visão estereotipada sobre os povos indígenas⁸. O mesmo ocorreu com a literatura indigenista produzida desde o ano de 1950.

Sendo assim, a Literatura Indígena contemporânea se apresenta como um instrumento valiosíssimo para o ensino de história, já que pelas perspectivas de seus autores/as são apresentadas culturas, histórias, estruturas e contextos diferentes sobre determinado espaço-tempo, tendo em vista que o território brasileiro é extenso e os povos indígenas enfrentaram as investidas da colonização durante séculos e reagiram de formas distintas.

Evidenciar o protagonismo indígena nos processos históricos através da literatura indígena possibilita que estudantes da educação básica tenham um novo olhar sobre a participação dos povos indígenas na História do Brasil. Com este pensar, apresentar narrativas indígenas é colocar em prática a lei 11.645/08, também resultado de luta e mobilizações indígenas, que determinou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas instituições de ensino do país, conforme o registro abaixo:

LEI Nº 11. 645, DE MARÇO DE 2008.⁹

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

Assim a promulgação da referida lei visou contribuir para inserir nas salas de aula do ensino básico debates acerca das populações afro-brasileiras e indígenas evidenciado com alteridade as diferenças étnicas, culturais, sociais e históricas presentes em nossa sociedade, porém a efetivação da lei ainda enfrenta muitas barreiras, nesse sentido as obras indígenas são instrumentos que podem ser utilizados para ultrapassa-las.

Principalmente para o conhecimento da história local e regional a literatura indígena contemporânea é uma fonte de potencialidade para colocar em foco discussões sobre os

⁸ As coleções do componente curricular de História para o Ensino Médio, parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2013 persistem no uso de generalizações e da não representação dos indígenas em certas delimitações temporais, como a contemporaneidade. Algumas das obras discutem a questão indígena de maneira mais adequada, apresentado e discutindo a história das populações indígenas em espaços temporais mais variados, no entanto, ao que parece, ainda há muito por se fazer com o objetivo de melhorar a representação indígena nos livros didáticos. BUSOLLI, Jonathan; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A lei 11.645/2008 e os indígenas nos livros didáticos de história do ensino médio. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, nº. 13, mai-ago, 2018, p. 35-52.

⁹ BRASIL. Lei nº 11. 645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder, Executivo, Brasília.

processos históricos regionais, sobretudo abre caminhos para outros enfoques de pesquisas como pondera Victor Leonardi, no capítulo *Cultura brasileira e História da lenda da História*

Uma boa parte da problemática da conquista, ou invasão de terras, extrapola o quadro dos estudos sobre as sociedades indígenas, envolvendo questões de história regional, de economia, de sociologia e de ciência política. A questão fundiária no Brasil, em particular no Centro-Oeste e na Amazônia; os mecanismos de expansão das frentes pioneiras; as características das categorias de trabalhadores (garimpeiros, madeireiros, seringueiros) que com mais frequência provocam conflitos nas áreas indígenas; a análise dos grandes projetos rodoviários, ferroviários, de mineração e de colonização da Amazônia e nos sertões do Centro-Oeste; o estudo dos organismos de Estado diretamente envolvidos com os povos indígenas; a política internacional nas áreas de fronteira; a legislação relativa à caça e à pesca e o porquê de sua não aplicação no Brasil; o desmatamento, as queimadas, a poluição dos grandes rios, essas e outras questões constituem campos de estudos, exigindo pesquisas multidisciplinares, infelizmente raras nas universidades brasileiras, fragmentadas ainda por um asfixiante isolamento departamental. (Leonardi, 1996, p. 283)

Leonardi oferece uma variedade de problemáticas de pesquisas que ultrapassam os campos da antropologia, história e servem para serem refletidas no ensino de história para refutar o etnocentrismo com que foram e são trabalhadas. Dessa forma, o ensino de história possibilita a compreensão e o conhecimento das diferenças socioculturais e a interculturalidade como mecanismo para abordar a temática indígena em sala de aula, como afirma o antropólogo Gerson Baniwa:

A interculturalidade é uma prática de vida que pressupõe a possibilidade de convivência e coexistência entre culturas e identidades. Sua base é o diálogo entre diferentes, que se faz presente por meio de diversas linguagens e expressões culturais, visando à superação de intolerância e da violência entre indivíduos e grupos sociais culturalmente distintos (Baniwa, 2005, p.51).

Portanto, o ensino de História tendo como fonte a literatura indígena contemporânea possibilita aos estudantes interpretações diferentes sobre os eventos históricos que podem ser confrontadas com a visão da História tradicional, pois “a partir de renovações teórico-metodológicas da História, bem como das novas concepções pedagógicas, o uso escolar do documento passou a estimular a observação do aluno, a ajudá-lo a refletir” (Schmidt, 2004, p. 61-62).

Assim como permite que estudantes indígenas conheçam, reconheçam e se apropriem da sua história e identidade. Como Ytanajé (2019, p. 37) afirma em sua obra “antes os guerreiros ainda defendiam o povo com arco e flecha, mas hoje o arco e flecha viraram o caderno e o

lápiz” demonstrando como a educação é uma ferramenta de luta para o povo Munduruku de Kwatá.

“A terra nunca sai de nós, assim como nunca saímos da terra.” A representação indígena na obra *Canumã: A travessia*

Opondo-se ao que foi construído durante séculos, *Canumã: A Travessia* surge como uma alternativa para desprender-se dos ciclos de representações sobre a figura do indígena ao ser escrito e narrado por um indígena Munduruku que conhece intrinsecamente as relações e dinâmicas socioculturais, tanto internas quanto externas, de forma que relaciona saberes e óticas de mundo diferentes e reconhece a alteridade com que devem ser trabalhadas.

Ytanajé evidencia em sua narrativa a representatividade do povo Munduruku da aldeia Kwatá - AM através das relações cotidianas ao contar de forma detalhista e poética a feitura da farinha. As contações de histórias, ao enfatizar a língua Munduruku utilizada em meio a narrativa, o relacionamento do homem com a natureza, os conhecimentos tradicionais, a transformação da cultura através das gerações e refletindo sobre a dificuldade enfrentada pelos povos indígenas ao saírem dos seus lugares de origem para viver em outros espaços.

Figura 1- Aldeia Kwatá em 1982.



Fonte: Ezequias Heringer Filho, 1982.

A imagem¹⁰ acima retrata a aldeia Kwatá no ano de 1982, ano em que inicia a história de *Canumã: A Travessia*, e foi publicada em um artigo intitulado *A Territorialidade na perspectiva do povo Munduruku: Terra Indígena Coatá-Laranjal em Borba – Amazonas* em 2023.

Demonstrar que os povos originários estiveram presentes nos processos históricos e lutaram, tanto antes como atualmente pela manutenção de suas terras é essencial para refutar parte da historiografia tradicional. Uma dessas contribuições importantes foi feita pelo historiador Francisco Jorge dos Santos no livro *Além da Conquista: Guerras e Rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina* onde, através de análise dos relatos dos viajantes europeus, descreve as contestações dos povos indígenas contra o sistema colonial diferindo da ótica habitual que focaliza apenas no genocídio ou no sucesso da invasão colonial.

O autor dedica um trabalho de reflexão específico aos povos Munduruku no capítulo V intitulado *A Guerra e a “pacificação dos gentis mundurucus” 1768- 1795*, em que aborda a complexidade de estratégias utilizadas como resistência pelos povos Munduruku ao sistema colonial europeu. No título o autor coloca *aspas* dando a entender que os Munduruku cederam pacificamente após o acordo realizado para acabar com a guerra, contudo logo desmente, tendo em vista que os Munduruku eram conhecidos como “espartanos da Amazônia” e “cortadores de cabeças” muito temidos por outros povos e pelo branco colonizador por possuírem uma intensa atividade guerreira como é descrito no seguinte trecho:

Entre os Mundurucus era comum o uso da seguinte estratégia de guerra frente aos seus inimigos indígenas: cercavam a aldeia inimiga e lançavam-se em ataques pela madrugada, incendiavam as aldeias sitiadas, matavam todos os adultos inimigos e suas cabeças eram seccionadas e, depois de mumificadas, eram conduzidas como troféus (Santos, 202, p. 122)

Em vários relatos enfatizam a barbaridade com que os Munduruku tratavam seus inimigos, contudo ignoram entender o significado desse momento para a cultura Munduruku. Ytanajé também enfatiza a luta de resistências do seu povo na seguinte declaração:

A resistência não cessou, está apenas começando, só que doravante, tal investida se fará não mais com arcos e flechas, mas com o caderno e lápis nas mãos de nossas crianças. E não se deve pensar que os munduruku pararam de cortar cabeça, o que aconteceu foi a ressignificação. Ao invés de cortarem a cabeça fisicamente de seus rivais, agora fazem isso a partir da inteligência social, do diálogo, ferramenta

¹⁰ CARDOSO, Estélio L. CARDOSO, Ytanajé C. SILVA, Adnilson de A. SOARES, Ana Paulina A. A Territorialidade na perspectiva do povo Munduruku: Terra Indígena Coatá-Laranjal em Borba – Amazonas. *Revista caminhos de Geografia*. 2023. v, 24, n, 93. p. 119-13.

intelectual imprescindível para as conquistas dos destemido munduruku (Cardoso, 2019, p. 55).

Em vários momentos da narrativa é ressaltada a importância da educação, como no seguinte trecho que demonstra a preocupação de Maria, tia de Felipe, em colocar os filhos na escola:

Eu sei que se não levar meus filhos pra cidade, eles não vão aprender nada aqui, eles não vão poder defender o povo deles. Antes os guerreiros ainda defendiam o povo com arco e flecha, mas hoje o arco e flecha viraram o caderno e o lápis. Hoje se a gente não conhecer a escola dos pariwát, a gente não tem como crescer (Cardoso, 2019, p.37).

O cacique-geral Nunito, visto na aldeia como uma figura lendária de grande respeito no embate pela demarcação de terras indígenas, aconselha e enfatiza em outro momento que “os nossos filhos têm que estudar para defender o povo lá fora. Porque vai chegar o dia em que vão querer tomar nossas terras, aí a gente vai ter que falar que nem o branco, pra defender a nossa casa, né”. (Cardoso, 2019, p. 103).

Nesse sentido, a educação se apresenta como um instrumento de luta dos povos Munduruku, pois quando Raçâp e Felipe, filho e sobrinho de Maria, buscam por meio dos conhecimentos aprendidos na academia formas de trabalhar para o reconhecimento do seu povo e assegurar seus direitos afirmam que a educação é um caminho para lutar e certificar que seus direitos sejam atendidos e sua história respeitada.

Assim como a educação se tornou um instrumento imprescindível na luta do povo Munduruku, também é destacado os desafios de acessar esse bem, principalmente quando se refere aos estigmas e preconceitos enfrentados pelos povos indígenas fora da aldeia, ressaltado por Felipe, o narrador da história, logo após chegar à cidade “O doloroso daquela época foi a recepção em toda Nova Olinda. Quase todos sabiam de nossa origem indígena. Não era difícil ouvir piadinhas aqui, outra ali. O sotaque era evidente, daí que, muitas vezes, essas piadinhas beiravam a humilhação” (Cardoso, 2019, p.147).

São esses estigmas projetados pela própria História para com os povos indígenas que criam barreiras, dificultam o processo de reconhecimento e afirmação identitária dos descendentes dos povos originários. Diante disto, se apresenta outra problemática, a violência dentro do ambiente educacional apontada pelo narrador ao frequentar a escola e “talvez entrar na escola fosse uma das maiores violências de nossas vidas. A necessidade nos impelia a ter que ir todos os dias para um lugar estranho, onde os professores falavam na linguagem da matemática, português, ciências e história” (Cardoso, 2019, p.160).

Elucida-se que mesmo as escolas próximas do território indígena possuíam uma limitação, pois os professores que lecionavam nesses espaços, no século XX, não estavam familiarizados com a cultura indígena, não sabiam falar a língua Munduruku, nem sabiam como aplicar um conteúdo do currículo de forma transversal dificultando a compreensão dos alunos indígenas sobre determinados assuntos.

A partir do ano de 1990 passaram a surgir alguns professores na aldeia, ainda assim o problema persistia. Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha estipulado o uso da língua materna na educação escolar indígena no artigo 210, no qual estabelece que “§ 2º O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Grupioni, 2001, p. 42).

As pautas relativas às políticas indigenistas que lutavam pela afirmação identitária, manutenção dos direitos sobre territórios, preservação ambiental, educação entre outras, inscritas na Constituição Federal de 1988, foi resultado da luta do Movimento Indígena originado na década de 1970. Período extremamente difícil que o país vivenciava durante a Ditadura civil-militar, a partir das Assembleias Indígenas que reuniam povos de diferentes etnias com a finalidade de assegurar seus direitos individuais e coletivos com o amparo de órgãos como o CIMI¹¹ contra os órgãos e políticas indigenistas de assimilação.

Como assevera o historiador Ariano Silva (2021, p. 24):

Sem dúvidas, as assembleias durante o período de ditadura militar e consolidação do Movimento Indígena foram fatores fundamentais para a posterior configuração da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, que deu um passo importante na defesa dos direitos indígenas ao longo do processo de redemocratização do Brasil (Silva, 2021, p. 24).

A mobilização dos movimentos indígenas foi um marco essencial para romper com a “postura integracionista que sempre procurou incorporar e assimilar os índios à “comunidade nacional”, vendo-os como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento” (Grupioni (2001, p.14).

Mesmo com a importante garantia dos direitos dos povos originários ainda há uma banalização em caracterizar os povos originários através de uma estética que sexualiza o corpo indígena e uma cultura que é tratada como “transitória”. É inovador ler *Canumã: A Travessia*, pois em nenhum momento o autor descreve as características físicas ou traços semelhantes que

¹¹ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criado em 1972 que atua na defesa dos direitos dos indígenas do Brasil.

utilizam como meios para afirmar quem é ou não indígena. Muito pelo contrário, os próprios indígenas sabem como são vistos pelos estrangeiros que visitam seus territórios. Esse evento é apresentado na seguinte citação, retirada do romance em estudo:

Chegam aqui achando que vão ver munduruku correndo pelo mato. A gente vê na cara deles que eles querem ver índio pelado e pintado, assim como aqueles que eles vêm nos livros... Às vezes eles querem tirar foto pra levar aí pra fora, mas eles querem tirar de índio pintado pra dizer que estavam com índio, índio (Cardoso, 2019, p.195)

A afirmação revela o “índio imaginário” que a maioria da sociedade brasileira pensa, por conta disso tendem a dizer que os indígenas que saem das aldeias e passam a ocupar outros espaços não são vistos como indígenas “verdadeiros”, pois até a Constituição Federal de 1988, eram vistos como uma “categoria transitória”. No romance, Felipe reflete sobre esse processo de mudança quando a família se prepara para sair de Nova Olinda para Manaus, em que afirma “A terra nunca sai de nós, assim como nunca saímos da terra” (Cardoso, 2019, p. 159).

“Há aqueles que se immortalizam na história pela glória alcançada e há aqueles que mantêm essa imortalidade, no caso, os narradores dos grandes feitos do passado.”: A Tradição Oral e a Língua Munduruku

Segundo Toledo e Miranda (2021) o Brasil é caracterizado por possuir uma imensa diversidade sociocultural e linguística, considerado um país multilíngue, tendo cerca de 1.175 línguas originárias vivas antes da invasão europeia. Após o início da colonização houve um declínio drástico, levando mais de 85% a extinção, tanto da língua quanto da população nativa, atualmente existe em torno de 150 línguas indígenas, e sua redução violenta ainda é uma preocupação muito presente.

No livro *Entre árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*, Victor Leonardi, destaca que algumas sociedades indígenas por conta de aspectos socioculturais singulares desenvolveram o domínio de numerosas línguas. Afirma ainda que:

Lévi-Strauss também mostrou como é extenso o vocabulário de alguns povos indígenas no que se refere a plantas, animais e fenômenos da natureza. Lá onde o civilizado possui apenas uma palavra para designar o objeto, “os primitivos” possuem às vezes quatro, cinco ou seis. Essa linguagem tão rica, no que se refere à ecologia, que no fundo revela um pensamento muito acurado a respeito da natureza e suas manifestações sutis, expressas em ritmos e qualidades ainda não percebidas pelos brancos nas zonas equatoriais, nunca foi valorizada no Brasil fora dos estritos círculos de antropólogos e linguistas. (Leonardi, 1996, p. 291)

Em *Canumã: A Travessia*, Felipe recorda momentos em que sua avó relatava como os colonizadores impeliam castigos físicos aos que resistiam em falar a língua materna, sendo ela mesma castigada enquanto criança quando se recusava a falar o português. Essa violência constituiu a principal razão da perda da língua Munduruku. Por conta disso:

Era comum a vovó convidar, cumprimentar e até ensinar as pessoas em sua língua, o munduruku. Ela vivia se queixando que a língua estava morrendo e que os jovens não estavam aprendendo, e isso era uma grande tristeza para ela, já que durante a infância seus direitos de falar em munduruku foram tirados pela força da colonização. Agora pelevava para ensinar o mínimo possível as novas gerações (Cardoso, 2019. p.50)

Foi através dos ensinamentos e preocupações da avó que Felipe aprendeu a língua materna, mas foi somente no seu processo de formação na universidade que pode compreender o significado da língua para um povo e perceber como a avó já tinha uma importante preocupação em buscar revitalizar a língua Munduruku, antes mesmo que ele pudesse entender a gravidade da situação.

Na narrativa de *Canumã: A Travessia*, a preocupação com o desaparecimento da língua é um dos temas mais enfatizados e recorrentes. Esta preocupação está relacionada a morte dos “velhos”, como são chamados os anciãos, detentores das mais finas lembranças e exímios contadores de histórias, capazes de levar qualquer um a cena do acontecimento e que ainda conhecem e sabem falar a língua mãe, diferente dos mais novos que já não possuem tanto contanto com a língua, pois a grande maioria já nasce apreendendo a falar o português.

Para o professor e linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues autor do livro *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, com o desaparecimento de uma língua perde-se:

Modos únicos de codificar a experiência social e o conhecimento humano, os quais sem dúvida integram um como que patrimônio cognitivo da humanidade e têm importância para a compreensão não só da linguagem, mas da própria capacidade cognoscitiva do homem (Rodrigues, 1986, p. 93)

O desaparecimento de uma língua implica em um vazio de conhecimento sobre determinado povo, cultura e lugar, conhecimento construído ao longo de milhares de anos extintos pelo que Leonardi (1996, p. 285, grifo do autor) chamou de “ideologia do progresso a todo custo, do tipo, *doa a quem doer*”.

Para os indígenas da etnia Munduruku, um importante momento de celebração da tradição são as contações de história, não possuem data, nem hora marcada, podem ocorrer no

almoço ou na hora do jantar, quando um ancião se senta, uma roda forma-se ao seu redor já aguardando o momento em que a história começará.

Um desses momentos é narrado no romance da seguinte forma:

Restavam poucas brasas no moqué. O frio fazia o círculo de conversa diminuir seu diâmetro. Nesse caso, refiro-me ao grupo dos jovens: Francisco, Marta, Yan, Naya, entre outros, que ouviam atentamente as histórias dos antigos, contadas por um dos grandes sábios da aldeia e avô de quase todos ali, o ancião Naldá Munduruku. O respeito adquirido ao longo de sua jornada como filho das florestas banhadas pelo poderoso Canumã era notável. Detentor das mais finas lembranças, podia levar qualquer um a própria cena do acontecimento. Cada gesto, fala, lugar, guerreiros, até as expressões físicas ele conseguia imitar com maestria. O próprio Naldá vaticinava: há aqueles que se immortalizam na história pela glória alcançada e há aqueles que mantêm essa imortalidade, no caso, os narradores dos grandes feitos do passado (Cardoso, 2019. p.39)

A tradição oral para os povos indígenas, assim como para os povos africanos, é a forma de manter viva a história e manifestações culturais, através da oralidade os mais sábios ensinam os mais novos a valorizar a língua, os saberes tradicionais e a história daqueles que já faleceram. Por meio das memórias narradas é possível compreender o contexto histórico e as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, o sociólogo Michael Pollak atesta que:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (Pollak, 1992, p. 201)

A memória não é uma coisa estática, muito pelo contrário, ela é mutável e está sempre em um longo processo de construção, e em uma narrativa há sempre um marco, um acontecimento que afetou ou transformou profundamente a vida de um indivíduo e esse acontecimento pode ter sido uma experiência pessoal como também um testemunho. E por não ser estática, cada contação de história nunca será a mesma, sempre haverá novos detalhes a serem analisados e que surpreendem os ouvintes.

No entanto, a morte dos velhos abala e desestrutura características milenares, Felipe descreve um dos momentos mais emblemáticos da narrativa, o presságio e a partida de um dos guardiões da memória:

Quando menos esperávamos, passa um matin assoviando bem em cima da casa de seu Parawá.
 – Tiin, tiin, tiin...
 Os mais velhos rapidamente faziam o sinal da cruz. As crianças ficavam apenas abismadas com aqueles gestos. Eu mesmo gelei, quando percebi aquele canto penetrando nas minhas entranhas.
 – Alguém vai morrer! – Disse uma voz antiga. (Cardoso, 2019, p. 197)

O presságio era destinado ao “seu” Parawá, naquela mesma noite havia falecido, levando consigo histórias que jamais iriam chegar a ser ouvidas e saberes para sempre perdidos. Todos na aldeia sentiram sua perda, desde animais a humanos até “O Canumã estava calmo, bondoso, parecia uma mensagem” (Cardoso, 2019, p. 200), deixando para trás uma história de luta e resistência pelo reconhecimento e valorização do povo Munduruku.

Considerações Finais

Ao verificarmos a produção Literária Indígena contemporânea podemos perceber as potencialidades oferecidas por esta fonte ao ensino de História como instrumento de resistência, ressignificação e autoafirmação da história dos povos originários do Brasil por meio de suas perspectivas que permitem aos estudantes interpretarem-na com base nas visões de mundo dos autores.

Os enfoques interpretativos e problematizações a serem realizados através das obras requer um trabalho atento ao esmiuçar em completo a narrativa autóctone, para compreender os contextos nos quais foram inscritos e onde se desenvolvem permitindo que sejam confrontados com os documentos oficiais que silenciam a participação povos indígenas na construção histórica e social do país.

Através da análise do romance *Canumã: A Travessia* foi possível compreender as relações sociais e as subjetividades apresentadas pela perspectiva do autor sobre o povo Munduruku, do Amazonas, acerca dos momentos históricos vivenciados em comunidade e como suas interpretações a respeito desses eventos refletiam nas mudanças culturais na aldeia Kwatá. Pela pesquisa realizada as problemáticas incutida na narrativa apresentam questões relacionadas a representação indígena, quando o autor evita apresentar uma estética para definir o que é ser indígena, identidade ao procurar reafirmar sua identidade indígena, tradição por meios das contações de histórias dos seus ancestrais, cultura pela forma como apresenta a relação com a natureza e educação, quando a família enfrenta novos desafios para oferecer uma educação de qualidade aos filhos.

Por meio do romance escolhido como fonte essencial da pesquisa realizada é possível, também, problematizar o sentido da História Indígena, pois *Canumã: A Travessia*, como buscou-se argumentar aqui, guarda uma tessitura narrativa peculiar: os indígenas são os protagonistas do enredo. Contrapondo-se, assim, com a menção coadjuvante, presente, por exemplo, na literatura indianista.

A finalidade desta pesquisa além de apresentar a literatura indígena como fonte para a produção do saber histórico buscou oferecer também, o romance em questão, como chaves de leitura para o ensino de História, bem como o ensino de história e cultura indígena segundo estabeleceu a lei 11.645/08.

FONTES

CARDOSO, Ytanajé Coelho. **Canumã: A Travessia**. 1. ed. Manaus: Valer, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J. D'A. O Campo Da História – A Partilha Do Saber Histórico Na Historiografia Contemporânea. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

BANIWA, G. S. L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006. p.47

BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11. 645/08 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder, Executivo, Brasília.

BUSOLLI, J.; LAROQUE, L. F. DA S. A lei 11.645/2008 e os indígenas nos livros didáticos de história do ensino médio. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, p. 35-52. nº. 13, mai-agos. 2018.

CARDOSO, E. L. CARDOSO, Y. C.; SILVA, A. DE A. SOARES, A. P. A. *et al* Territorialidade na perspectiva do povo Munduruku: Terra Indígena Coatá-Laranjal em Borba – Amazonas. **Revista caminhos de Geografia**. v, 24, n, 93. p. 119-13. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. 1992.

FERREIRA, A. C. A Fonte Fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo. Contexto. 2009.

FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista ensaios e pesquisa em educação**. vol. 01. p. 03-23. 2016.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. Tradução: Frederico Carroti. São Paulo: Companhia da Letras.1989.

GRAÇA, A. P. **Uma Poética do Genocídio**. TopBooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda. Rio de Janeiro. 1998.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza. 2013.

GRUPIONI, L. D. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001

LEONARDI, V. P. B. **Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores. 1996.

OLIVEIRA, J. B.A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMENY, H.M B. **A política do livro didático**. São Paulo, Editora da Unicamp. 1984.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. p.200-212. 1992.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. CUNHA, M. C. **História dos Índios no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. 1992.

SANTOS, F. J. **Além da Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina**. 2ª edição. Manaus: EDUA, 2002.

SCHMIDT, M.A. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, C. (orgs.). **O saber histórico na sala de aula**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SILVA, A. N. **Políticas indigenistas pós-Constituição de 1988: Avanços e Retrocessos**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: licenciatura) - Universidade Federal De Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Alagoas, p. 58. 2021.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set.-dez. 2012.

SOARES. L. B. Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 24. p 191-222. Brasília, set-dez. 2017.

TOLEDO, B. F. MIRANDA, C. C. Por que documentar e descrever línguas? A importância desses estudos para revitalização e fortalecimento de línguas indígenas brasileiras. **Revista Articulando e Construindo Saberes**. v.6: e67284. 2021.

WALTER, R. G. M. Prefácio. In: GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza. 2013.